Aliança para o Progresso, CEPAL e Celso Furtado: tensões e desafios políticos da América Latina nos anos 1960

Camila Pigato Sakuraba[1]

Resumo: O presente artigo busca realizar uma revisão bibliográfica crítica para compreender algumas das tensões e dos desafios políticos da América Latina no início dos anos 1960, com ênfase nas relações entre o Programa "A Aliança para o Progresso"; a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); e o projeto de Celso Furtado para o Nordeste brasileiro por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Para isso, debate o contexto histórico do imediato pós-Segunda Guerra Mundial e que abrange o período da Guerra Fria; discute o surgimento da CEPAL neste contexto e algumas das suas ideias principais; e procura entender o surgimento da Aliança para o Progresso e sua atuação, sobretudo no Brasil, e quais relações tentou estabelecer com o projeto de Furtado no Nordeste. Conclui que, oficialmente, a Aliança para o Progresso (ALPRO) surgiu indicando que daria apoio aos projetos de desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos, utilizando para isso algumas das ideias da CEPAL, porém, na prática, não realizou no Brasil apoio ao desenvolvimento, de fato, distanciando-se do que propunha. Atuou direcionada para combater o comunismo que julgava em ascensão na América Latina, defendendo os interesses políticos norte-americanos na região.

Palavras-chave: América Latina; Aliança para o Progresso; CEPAL; Celso Furtado

Abstract: This article seeks to carry out a critical bibliographical review to understand some of the political tensions and challenges in Latin America in the early 1960s, with an emphasis on the relationships between the "Alliance for Progress" Program; the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC); and Celso Furtado's project for the Brazilian Northeast through the Superintendency for the Development of the Northeast (SUDENE). To do so, it discusses the historical context of the immediate post-World War II period encompassing the Cold War era; discusses the emergence of ECLAC in this context and some of its main ideas; and seeks to understand the emergence of the Alliance for Progress and its activities, especially in Brazil, and what relationships it tried to establish with Furtado's project in the Northeast. It concludes that, officially, the Alliance for Progress (ALPRO) emerged indicating that it would support the economic and social development projects of Latin American countries, using for this purpose some of ECLAC's ideas, however, in practice, it did not provide support for development in Brazil, in fact distancing itself from what it proposed. It acted aimed at combating the communism it believed to be on the rise in Latin America, defending U.S. political interests in the region.

Keywords: Latin America; Alliance for Progress; ECLAC; Celso Furtado

1. Introdução

Este artigo busca entender algumas relações políticas que foram estabelecidas entre a Aliança para o Progresso (ALPRO), organização criada em 1961, durante o governo do presidente dos Estados Unidos John Kennedy, voltada para atuação na América Latina, e a Comissão Econômica

[1] Graduanda em Ciência Sociais pela UNESP, campus de Marília. Este artigo decorre do Projeto de Iniciação Científica "Aliança para o Progresso, CEPAL e Celso Furtado: tensões e desafios políticos da América Latina nos anos 1960", orientado pela Profª. Vanessa F. Jurgenfeld, UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, edital 1/2024 - ICSB.

para a América Latina e o Caribe (CEPAL), instituição criada alguns anos antes, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, também voltada para a América Latina, cujo secretário-geral de 1950 até 1963 foi o economista argentino Raúl Prebisch. Além disso, pretende compreender algumas das relações mais importantes estabelecidas entre a ALPRO e Celso Furtado, importante economista brasileiro, que atuou como pesquisador e diretor da CEPAL entre 1949 e 1958, e depois como membro dos governos dos presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Nesses governos, Furtado teve diferentes cargos, atuando desde diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) a ministro do Planejamento e comandando a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada pelo governo JK como principal instituição à frente de um projeto de desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

O contexto histórico global de criação da ALPRO foi o da Guerra Fria, em que dois projetos estavam em disputa: o capitalismo *versus* o socialismo. A influência da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS) e seu projeto socialista se disseminavam, principalmente, pela Europa e pela Ásia. Essa conjuntura fez os Estados Unidos, vitrine do capitalismo, atuarem no pós-guerra na Europa na reconstrução de alguns países com financeiro externo, tentando convencê-los a permanecer no capitalismo, além de ter atuado com o envio de empresas multinacionais e estabelecimento, em troca, de bases militares naquela região para se proteger da ameaça socialista (Block, 1989).

A preocupação com o avanço socialista para outras áreas do planeta, incluindo a América Latina, também tomou conta dos Estados Unidos, especialmente depois que a região vivenciou a Revolução Cubana (1959), conduzida por Fidel Castro. Na América Latina, passaram a atuar mais detidamente com a ideia de construção de uma política de "segurança" no hemisfério. A intenção era que a América Latina não se tornasse socialista (Oliveira, 2022).

A criação oficial da ALPRO surgiu a partir da organização e assinatura da Carta de Punta del Este, em 1961, que afirmava, oficialmente, a necessidade de integração política e econômica da região e a valorização da democracia. Ela surgiu em um ambiente que já contava com duas instituições voltadas à América Latina. Além da CEPAL, em 1948 também havia sido criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), na Conferência de Bogotá, que trazia também um discurso oficial de fortalecimento da aliança entre os Estados Unidos e a América Latina.

Entretanto, ao contrário das ideias cepalinas voltadas à industrialização latino-americana com coordenação do Estado Nacional como forma de superação do subdesenvolvimento, a OEA funcionou mais como uma organização dos EUA para manutenção do capital e da condição de países focados na exportação de produtos primários da América Latina (Passos, 2009), sendo uma entidade de docilidade comprovada com relação aos Estados Unidos, nas palavras de Furtado (1985).

No discurso oficial, a ALPRO foi lançada pelo governo norte-americano no sentido de unir a região da América Latina em torno do estabelecimento de programas nacionais de desenvolvimento,

com o mínimo de duração de 10 anos, um orçamento de 20 bilhões de dólares para investimentos durante esses 10 anos, com a perspectiva de levar a uma taxa crescimento de 2,5% ao ano da renda per capita e criar uma reforma agrária que supostamente solucionaria os problemas apresentados por esses países (Oliveira, 2022).

Na estrutura institucional norte-americana, a ALPRO se inseriu dentro da United States Agency for International Development (USAID), que, oficialmente, foi criada em 1961, com objetivos de conectar os Estados Unidos e a América Latina, promover os setores fundamentais, como saúde, educação e agricultura, através de auxílios técnicos, de acordo com os princípios de cooperação internacional (Passos, 2009).

Além disso, deve-se ressaltar que, no Brasil, durante o governo JK, houve a criação da Operação Pan-americana (OPA) e neste quadro também se inseria a ALPRO, porque ambas se baseavam, ao menos oficialmente, na proposta de que os Estados Unidos precisavam propagar e defender a democracia na América Latina promovendo os investimentos nos países subdesenvolvidos (Bandeira, 1978).

Segundo alguns estudos, como os de Bandeira (1978) e Loureiro (2020), seria preciso, contudo, analisar a ALPRO com cautela, pois ela foi mais uma forma de o governo norte-americano obter informações de algumas mudanças e influenciar a política no momento em que estavam em curso em países da América Latina importantes reformas, como as propostas de Reformas de Base do governo João Goulart (1961-1964) no Brasil, e que tinha em sua base o Plano Trienal, de autoria de San Tiago Dantas (Ministro da Fazenda de 1963 a 1964) e Celso Furtado. Essas reformas eram interpretadas pelos Estados Unidos como uma ameaça comunista.

Além disso, é importante mencionar que alguns técnicos da ALPRO visitaram alguns países da região, tendo, inclusive, estado no Nordeste brasileiro no início dos anos 1960, região de grande tensão política, social e econômica, com movimentos sociais organizados como as Ligas Camponesas. Foram até lá para verificar o que estava sendo feito por Furtado no Nordeste brasileiro. A Sudene havia sido criada em dezembro de 1959, sob comando de Furtado, e chamava a atenção de observadores internacionais desde então. Furtado participou de negociações de ajuda externa norte-americana para a região, tendo visitado os Estados Unidos em missão oficial em julho de 1961, e tendo recebido missões oficiais daquele país no Brasil, havendo um otimismo moderado com uma parceria com a ALPRO e a Sudene, mas que com o passar do tempo foi se desfazendo (D'Aguiar, 2019).

Em 1961, alguns membros da CEPAL chegaram a fazer parte da ALPRO durante um período, mas se tornaram céticos ao longo do tempo em relação ao papel daquela organização, de fato, no auxílio ao desenvolvimento latino-americano. Prebisch atuou na ALPRO em 1961, nomeado pela ONU.

Isto posto, as principais questões que o artigo busca responder foram: por que o governo do presidente norte-americano John Kennedy criou a ALPRO em 1961? Por que Prebisch, secretário da CEPAL, atuou na ALPRO? Quais foram as relações políticas entre Furtado e a ALPRO?

Partiu-se de algumas hipóteses, como: Kennedy criou a ALPRO em seu governo em contexto de ajuda norte-americana para vários países no pós-guerra, porque, em linhas gerais, queria assegurar que os países latino-americanos não aderissem aos ideais comunistas propagados pela União Soviética e permanecessem ao lado dos Estados Unidos no contexto de polarização da Guerra Fria; Prebisch atuou na ALPRO em 1961, nomeado pela ONU, e tentou influenciar essa instituição, mas não foi bem-sucedido, pois a ALPRO se distanciou daquilo que oficialmente previa fazer; e em relação à ligação de Furtado com a ALPRO, entende-se que inicialmente ele pode ter entendido o trabalho desta instituição como uma cooperação ao desenvolvimento brasileiro, em especial, ao nordestino, mas tendo se decepcionado posteriormente.

Para execução deste artigo, foi utilizada uma revisão bibliográfica crítica que englobou livros, artigos, dissertações e teses a respeito do período da presidência de John Kennedy nos Estados Unidos (1961-1963), a fim de discutir seus objetivos com a criação da ALPRO naquele contexto histórico do pós-Segunda Guerra Mundial. Além disso, a revisão envolveu a atuação da ALPRO e as relações que foram estabelecidas entre essa instituição com Furtado na década de 1960.

2. Contexto histórico do imediato pós-Segunda Guerra Mundial e a criação da CEPAL

O contexto histórico do imediato pós-Segunda Guerra Mundial envolve mudanças importantes na reorganização da ordem mundial e na consolidação da hegemonia dos Estados Unidos em substituição à hegemonia britânica. Entre essas transformações, destaca-se, primeiramente, a Conferência de Bretton Woods, de 1944, realizada na cidade de Bretton Woods. Sob a orientação de Jonh Maynard Keynes (Conselheiro do Tesouro do Reino Unido) e Harry Dexter White (Secretário Adjunto do Tesouro dos Estados Unidos), a finalidade da Conferência era a de articular políticas financeiras e monetárias para reestruturar a economia internacional no pós guerra, com a colaboração dos 44 países participantes. Mas ela acabou se tornando uma reorganização aos moldes dos interesses norte-americanos, uma vez que várias das propostas de Keynes foram derrotadas pelas ideias de White. A partir desta conferência, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, ambos sediados nos Estados Unidos (Fobe, 2014).

Assim, surgiram também discussões sobre o tamanho que a influência política dos EUA teria na reorganização do sistema mundial após a Segunda Guerra mundial. Como colocado por Block (1989, p.117): “Keynes percebeu que quanto maior fosse a interferência norte-americana no fundo, menos provável seria a manutenção de um acesso relativamente incondicional aos recursos do fundo”, o que terminaria por ocorrer.

O poder dos Estados Unidos foi ficando cada vez maior e era evidente que isso se fazia necessário do ponto de vista norte-americano diante da longa disputa histórica entre dois sistemas – o capitalismo representado por eles – e o socialismo representado pela URSS, o que foi denominado na literatura de Guerra Fria. A Guerra Fria pode ser entendida um conflito indireto da segunda metade do século XX entre as duas superpotências, URSS e EUA. Como cita Hobsbawm (1995, p.180): "até então, as duas superpotências aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas Forças Armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo".

Em julho de 1945, o governo norte-americano deu mais um passo para construção do seu poder e aprovou a solicitação de empréstimo do parlamento britânico. Fato esse que preocupou a URSS, que enxergava um possível início de uma aliança antissoviética e temia que os empréstimos se expandissem para outros países. O empréstimo à Inglaterra foi o início de uma aliança importante de interesses entre Estados Unidos e parte da Europa.

Devastadas pela guerra, a maioria das economias europeias se encontrava com complicados sistemas de controle das transações internacionais. Os movimentos de capitais eram muitas vezes ilegais, as importações estavam limitadas, o governo controlava a maior parte do comércio exterior e a população almejava uma reforma social. Já em 1947, a Europa tinha um déficit no seu Balanço de Pagamentos de US$ 600 milhões. Como destacado por Block (1989, p.123), "a guerra havia danificado consideravelmente a posição da balança de pagamentos das economias europeias."

Ao mesmo tempo, o panorama da economia estadunidense era de alta inflação, por conta de demandas excessivas e de queda nas exportações. Com base neste contexto da própria economia norte-americana e na situação da Europa, em que os Estados Unidos queriam suprimir a influência do socialismo soviético na Europa, foi criado um programa de ajuda a alguns países europeus, o Plano Marshall, como explicitado por Block (1989, p.130):

> O Comitê Coordenador dos Departamentos de Estado, Marina e Defesa obteve de sua análise a conclusão lógica acerca das perspectivas dos Estados Unidos: propôs um grande programa de ajuda norte-americana para o financiamento de continuação de um alto nível de exportações dos Estados Unidos. Esta foi a origem do plano público feito pelo Secretário Marshall em seu famoso discurso pronunciado em Harvard em 5 de junho de 1947.

O Plano Marshall, portanto, além de uma proposta de ajuda financeira aos países europeus, tinha como objetivo acabar com o avanço da esquerda nesses países e sua aproximação da URSS. O Plano Marshall foi aprovado no início de 1948, com ajuda financeira de US$ 17 bilhões por quatro anos. Com esse Plano, os EUA, no fundo, resolveriam parte dos seus problemas econômicos, e no

campo político, almejavam reconstruir a Europa em seus moldes, promover uma aliança militar contraria a URSS e rearmar a Alemanha (Hobsbawm, 1995).

Além da criação do Banco Mundial, do FMI e do Plano Marshall, esse importante período do imediato pós-guerra envolveu o surgimento de outras instituições importantes multilaterais, ainda que sob forte influência dos Estados Unidos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), sediada em Nova York, voltada a realizar esforços pela paz mundial, criada em 1945. Também deve ser mencionada a aliança militar representada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949.

Neste contexto, como forma de auxiliar os países atrasados da América Latina, que também se posicionaram ao lado dos aliados e sofreram as consequências negativas da guerra pelo seu impacto no comércio internacional, foi criada, em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) pela ONU, com sede em Santiago, capital do Chile. Assim, caberia à recém-fundada CEPAL funcionar como uma mediadora da América Latina na discussão a respeito da direção econômica do pós-Segunda Guerra Mundial.[2]

Para se ter uma noção das ideias propagadas pela CEPAL, Prebisch, em seu primeiro texto famoso, ainda como consultor da CEPAL, intitulado "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais", publicado em 1949 e que ficou conhecido como "manifesto latino-americano", resumiu algumas dessas questões essenciais. Uma delas foi identificar que, para a região melhorar sua realidade política, econômica e social, integrada à nova ordem econômica mundial do segundo pós-guerra, seria fundamental deixar para trás sua condição de economia periférica. Essa condição estava expressa pela relação centro-periferia, que era a forma que ele interpretava como o capitalismo se desenvolvia, e que provocava uma dependência importante da América Latina (periferia) em relação aos países desenvolvidos (centro), impedindo, em grande medida, o desenvolvimento da região.

O que seria posteriormente parte do "pensamento da CEPAL", consistia na compreensão que, ao analisar o passado das economias subdesenvolvidas da América Latina, seria possível observar que, apesar de terem obtido um crescimento econômico em alguns momentos da história, os países dessa região não possuíam capacidade produtiva industrial relevante, nem pauta exportadora de alto valor agregado e nem tinham conseguido avançar em significativas reduções da desigualdade social interna e, assim sendo, estavam distantes de se equiparar às economias dos países desenvolvidos.

[2] Destaca-se que a OEA também surgiria em 1948 e daria assistência à região, mas seria uma entidade mais próxima aos interesses dos Estados Unidos. Estava não só sediada em Washington, como também se distanciaria teoricamente e politicamente do debate promovido pela CEPAL para a superação do subdesenvolvimento latino-americano.

A contribuição de Prebisch (1949), do uso da relação centro-periferia, levantou polêmicas à época ao postular que a economia global era dividida entre um centro e uma periferia, e, essa relação, não só explicar a dependência que os países da América Latina tinham em relação aos países centrais, mas indicar uma tendência de longo prazo. Ele apontou que, ao longo da história, havia uma tendência de queda do valor das matérias-primas e de o aumento do valor dos produtos industrializados no comércio internacional, um processo que chamou de deterioração dos termos de troca, algo difícil de romper a não ser com políticas de desenvolvimento econômico que se pautassem pela industrialização latino-americana, mediante apoio do Estado. Essa relação identificava, ainda, que os problemas do subdesenvolvimento latino-americano não eram meramente decorrentes de questões internas, mas que havia um peso importante das relações externas provenientes desse comércio internacional desigual.

Por isso, Prebisch (1949) defendia que os países latino-americanos deveriam continuar a investir na industrialização por substituição de importações que alguns já haviam iniciado, incluindo o avanço da industrialização do setor de bens de capital; ampliar a força do Estado Nacional, para que este pudesse promover e coordenar os avanços da industrialização nacional; e, entre outros aspectos, também era necessário fortalecer a integração regional entre esses países, com a criação de um mercado regional latino-americano. Prebisch entendia como fundamental a cooperação internacional para que a América Latina realizasse essas mudanças, mas teve dificuldades para que suas ideias fossem aceitas internacionalmente, havendo muito mais influência do seu pensamento sobre os países da América Latina, principalmente sobre o Chile e o Brasil (Furtado, 1985).

3. O surgimento da Aliança para o Progresso e sua influência sobre o Brasil

Apesar de já estarem consolidadas tanto a CEPAL quanto a OEA, no início dos anos 1960, será criada a Aliança para o Progresso (ALPRO) pelo governo do presidente norte-americano John Kennedy, surgindo, portanto, mais uma instituição voltada à América Latina. Furtado (1973) elucida que era de interesse dos EUA intervirem na política latino-americana com a justificativa de manutenção de segurança do próprio Estados Unidos e dos países latino-americanos, que estariam supostamente sob ameaça comunista. Para se entender o nascimento da ALPRO e sobretudo a influência que ela buscará ter no Brasil, é importante, entretanto, discutir alguns antecedentes da sua criação.

Alguns anos antes, no Brasil, em 1955, encerrava-se o governo de Café Filho e Carlos Luz. O então eleito presidente Juscelino Kubitschek, antes de assumir, sofreu uma tentativa de golpe: Café Filho e seu vice tentaram impedir a sua posse, pois eles eram alinhados com os interesses do capitalismo norte-americano, ao passo JK mostrava-se simpático ao nacionalismo.

Logo no início do governo JK, os interesses do presidente não agradavam aos EUA. Como evidencia Bandeira (1978, p.375), "Kubitschek queria capitais, fábricas, desenvolvimento.". Do outro lado, as prioridades de Eisenhower (Presidente dos EUA, 1953-1961) eram combater o comunismo, implementar medidas de segurança e deixar o controle do petróleo brasileiro com a iniciativa privada norte-americana. O autor também cita que:

> O Governo dos Estados Unidos tratava os países da América Latina como um rebanho submisso, sem vontade e autonomia. Foster Dulles [secretário de Estado dos Estados Unidos] convocava os Embaixadores latino-americanos não para discutir e sim para comunicar as decisões que o Departamento de Estado tomava em nome do Continente. (Bandeira, 1978, p.377).

Nessas circunstâncias, as relações entre a América Latina e os EUA estavam debilitadas, de acordo com Bandeira (1978). Nixon (vice-presidente dos EUA) enfrentava rejeição durante suas visitas ao continente latino-americano e esse descontentamento começou a preocupar os EUA, que pretendiam aumentar sua aproximação, com medo de que, nessa situação, os interesses comunistas e soviéticos se disseminassem pelo continente. Bandeira (1978, p.375-376) destaca que "a ambivalência, porém, marcaria o relacionamento entre os dois Governos, refletindo as contradições de interesses que os afligiam."

Brasil e EUA também enfrentavam divergências econômicas. As importações norte-americanas de produtos brasileiros, como o café, diminuíram consideravelmente, a política de trustes norte-americana interferia no preço do café, e o FMI exigia que o programa brasileiro para conter a inflação[3] criasse um plano de maior estabilização para que pudessem fornecer auxílio financeiro, um condicionante para empréstimos.

De acordo com Bandeira (1978), o governo brasileiro atendeu à solicitação do FMI, que então concedeu US$ 37 milhões ao país. Com isso, houve a saída do ministro da Fazenda, José Maria Alkmin, e a entrada de Lucas Lopes em seu lugar, que seria responsável pelo início do andamento do plano deliberado pelo FMI.

O Brasil aumentava seu déficit no Balanço de Pagamentos e requeria um empréstimo maior. Para isso, o FMI solicitou uma reforma cambial no país para conter o câmbio múltiplo, que à época foi importante mecanismo para o avanço da industrialização brasileira. Contudo, JK foi contrário à exigência, impedindo a concretização de um acordo entre as partes. Com isso, o governo brasileiro rompeu as negociações com o FMI e as reatou somente no início de 1960, quando o FMI cedeu outro

[3] "Em 1958, Kubitschek era um general que, havendo ganhado batalhas espetaculares, tinha consciência de que o resultado final da guerra ainda era incerto. Habilmente, o seu primeiro ministro da Fazenda, José Maria Alkmin, seguira uma política de esfriamento da economia, o que permitiu liberar recursos que, logo depois, seriam orientados para a construção de Brasília. Mas o período de esfriamento durou apenas um ano, passando-se para uma inflação de demanda, dado que os investimentos em Brasília não provocavam resposta do lado da oferta. O descontentamento social manifestou-se, particularmente entre setores da classe média. Aumentava o nível de emprego, mas reduzia-se o salário real." (Furtado, 2014, p. 250)

empréstimo no valor de US$ 47,7 milhões, sem maiores imposições, receosos com a Revolução Cubana (Bandeira, 1978).

Nesse contexto, como já anteriormente destacado, a prioridade dos EUA era impedir o avanço do comunismo na América Latina. Em contrapartida, a prioridade de JK era combater o subdesenvolvimento brasileiro. Por conta dessa diferença de interesses, a proposta que ele apresentou deixou a imprensa americana e John Foster Dulles (secretário de Estado de Eisenhower) receosos no início. A proposta de JK consistia, segundo Bandeira (1978, p.382), em: [...] desenvolver a Operação Pan-Americana (OPA), fundamentada na tese de que os Estados unidos deviam considerar, prioritariamente, a luta contra o subdesenvolvimento, dando-lhe prevalência às medidas de repressão a fim de consolidar e fortalecer a Democracia na América Latina.

Ainda, de acordo com Bandeira (1978), o governo brasileiro persistiu com a aprovação da proposta pelos EUA. E conseguiu o reconhecimento formal dos princípios que abarcavam a OPA. Os EUA consentiram com a formação de uma instituição, que se tornaria o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) criado em 8 de abril de 1959, e houve crédito dos EUA ao Brasil.

Em 1958, o diretor do BNDE, Roberto Campos, foi acusado de receber financiamento de empresas estrangeiras em projetos ligados a Petrobras, indo contra a política nacionalista de JK, que queria que os EUA dessem seguimento com às demandas da OPA. Para isso, começou a negociar com países da área socialista, como Polônia e Tchecoslováquia, estabeleceu relações comerciais com a URSS e exaltou seu auxílio financeiro aos países subdesenvolvidos. Os EUA, sentindo-se ameaçados, responderam com a criação do “Comitê dos 21”, que seria responsável pela manutenção da OPA no Brasil (Bandeira, 1978).

Silva (2008, p.46) explica o motivo da adesão de novas estratégias por parte dos EUA no combate ao comunismo na América Latina. “Somente no final do governo Eisenhower, especialmente após a vitória da Revolução Cubana, os altos escalões do Departamento de Estado parecem ter sido despertados para a necessidade de expansão de seus programas de informação também pela América Latina.”

Em seu mandato, Kennedy (1961-1963) demonstrava maior apreensão em relação à América Latina, especialmente por conta de Cuba. Por essa razão, surgiram os Assistentes Especiais de Kennedy, como Richard Goodwin, responsável por transmitir propaganda estadunidense para os latino-americanos. Porém, anteriormente à eleição de Kennedy, ele já havia elaborado a "Força-Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino Americanos". Esse projeto contava com a emissão de relatórios com indicações de políticas adequadas para a América Latina e funcionou como base do que seria, posteriormente, a ALPRO (Silva, 2008).

De acordo com Silva (2008), o contexto de lutas sociais era marcado não só pela Revolução Cubana, mas também pela Revolução da Guatemala, de 1944, da Bolívia, em 1952. Isso fez com que

o programa da ALPRO tivesse como uma das finalidades implícitas o isolamento de Cuba e a promoção de um entendimento de que o comunismo levaria à desordem. Com base nisso, os ideais que deveriam ser promovidos eram os de uma sociedade cristã, ocidental, liberal e democrática.

Em 13 de março de 1961, a ALPRO teve seu lançamento oficial e, em maio, houve uma reunião que atrelava seus objetivos com os traçados na Carta de Punta del Este. Entre eles estavam, segundo Ribeiro (2006), alcançar um crescimento econômico para reduzir as desigualdades entre os países latino-americanos e as nações industrializadas, ao mesmo tempo em que se buscava uma distribuição de renda mais equitativa. Isso seria possível através da diversificação da economia, reforma agrária, industrialização e melhorias sociais essenciais, como a erradicação do analfabetismo, acesso à moradia, saneamento básico e saúde. Sendo assim, a ALPRO foi instituída, inicialmente, como uma forma de ajuda ao desenvolvimento para as reformas sociais da América Latina.

Ainda de acordo com Ribeiro (2006), a recepção da ALPRO no Brasil não foi positiva no início, pois muitos acreditavam que as políticas externas dos EUA visavam apenas à expansão do capital do país. Quadros, que assumiu a presidência do país em 1961, foi quem trouxe uma abordagem nacionalista para a política externa brasileira, e ele era uma resistência. Com a renúncia de Quadros, o Brasil enfrentou uma crise política em torno da posse de João Goulart, seu vice. Kennedy, em um primeiro momento, apoiou a ordem constitucional brasileira.

Nesse contexto, Kennedy nomeou estrategicamente Lincoln Gordon, um conhecido economista de Harvard, como novo embaixador no Brasil. Gordon, que tinha conhecimento sobre a América Latina e sobre o Brasil, ficou encarregado de viabilizar a ALPRO no país (Ribeiro, 2006).

No ano de 1962, foi instaurado o Comitê de Políticas para a América Latina (LAPC), órgão encarregado de coordenar a política da região e tratar dos assuntos que abalassem a segurança nacional dos Estados Unidos. Esse comitê tinha como objetivo também atingir a comunidade intelectual para que esse grupo se alinhasse à ideologia ocidental liberal estadunidense e se afastasse de pensamentos políticos comunistas soviéticos. Foram mobilizados diversos recursos para concretização desse feito, como criação de programas, de um subcomitê, e de incentivos a intercâmbios e à publicação de livros (Silva, 2008).

Um dos exemplos de materiais de propaganda anticomunista distribuídos no Brasil foram as histórias em quadrinhos, segundo Silva (2008). Nelas, eram tratados temas como religião, liberdade de expressão e ataques a figuras políticas comunistas. Documentos produzidos pela ALPRO já indicavam os militares como um fator que estabilizaria a política brasileira. E criava-se a expectativa que a ALPRO traria desenvolvimento para o país.

De acordo com Silva (2008), conforme indicações da LAPC, era necessário movimentar esforços para que os partidos políticos, as lideranças sociais e políticas estivessem condizentes com os interesses estadunidenses nas eleições brasileiras de outubro de 1962. Com o fim das eleições, os

EUA mandaram um “adido militar” para se encarregar das ações dos militares brasileiros quando fosse o momento de realizar o golpe contra Goulart. Nesse contexto, surgiu o documento “Políticas de Curto Prazo dos Estados Unidos para o Brasil” (1962), que evidenciaria a intenção dos EUA de mudarem a orientação política e econômica do governo do Brasil. O documento enaltecia a ALPRO, entendendo suas ações como supostamente necessárias para estabilização econômica do país (Silva, 2008).

Previamente à adesão de uma postura de confronto com o governo brasileiro, ainda de acordo com Silva (2008), o governo estadunidense propôs, no entanto, linhas de ação que pressionavam por uma alteração na política de Goulart. A preocupação dos EUA com o Brasil tinha um forte viés ideológico focado na questão nordestina. Para os norte-americanos, a pobreza e a crise na região promoviam a ascensão de grupos organizados, como as Ligas Camponesas, comandadas por Francisco Julião, um advogado e deputado federal de esquerda, e assim, temiam que os nordestinos se inspirassem na Revolução Cubana, ampliando os protestos por todo o país, e a própria força das ideias comunistas.

Para Kennedy e seus assessores, a pobreza da região nordestina poderia ser solucionada com uma significativa transferência de ajuda externa, que levaria ao crescimento autossustentado e evitaria o avanço das políticas de esquerda. Por essa razão, Kennedy enviou a Missão McGovern-Schlesinger ao Nordeste, que entrou em diálogo com Celso Furtado. Furtado enfatizou à Missão a necessidade de uma reforma estrutural mais profunda, como a reforma agrária, que seria a principal barreira para a transformação daquela realidade. Assim, no campo financeiro, foi assinado o primeiro acordo formal entre o Brasil e a ALPRO, liberando US$ 131 milhões para o Nordeste (Silva, 2008).

Ainda, segundo Silva (2008), houve uma visita de Goulart ao presidente Kennedy, mas esta não resolveu as tensões entre os EUA e o Brasil. Isso fica evidente porque, em janeiro de 1963, o governo de Goulart apresentou um plano nacional de desenvolvimento, o Plano Trienal, elaborado por Furtado e San Tiago Dantas. O plano tinha o intuito de combater a inflação e acelerar o crescimento econômico, exigindo reformas fiscais, reforma agrária e ajuda financeira externa para solucionar o déficit da balança de pagamentos. De acordo com Silva (2008), San Tiago Dantas tentou negociar um pacote de ajuda para realizar o Plano Trienal. No entanto, os EUA concederam somente parte dos fundos prometidos, e ainda sujeitos à supervisão do FMI e à resolução das indenizações das empresas norte-americanas que fossem afetadas.

A falta de maior apoio financeiro norte-americano, atrelada à oposição interna, inviabilizou o plano e fez com que Dantas renunciasse em junho de 1963. Segundo Silva (2008), a partir desse momento, a ALPRO praticamente parou de trabalhar com o governo federal e intensificou o que seria a sua política de "ilhas de sanidade", isto é, basicamente direcionando a ajuda financeira para governos estaduais de oposição a Goulart, como o de Carlos Lacerda, governador do estado da

Guanabara[4] entre 1960 e 1965. Logo, o embaixador Lincoln Gordon ficou insatisfeito com as nomeações dos gabinetes de Goulart por contarem com nomes entendidos por ele como alinhados ao comunismo. Ademais, Gordon alegou que Goulart havia divulgado conteúdos sigilosos de trocas de mensagens e que o Plano Trienal não estava seguindo de acordo com o almejado pelos norte-americanos.

Conforme alegado no documento "Políticas de Curto Prazo dos Estados Unidos para o Brasil", reproduzido por Silva (2008), o entendimento dos Estados Unidos era que Goulart e planejava a implementação de uma ditadura seguindo os moldes de Getúlio Vargas e de Juan Perón, ex-presidente da Argentina, para se manter no governo. O documento ainda alegava que os militares seriam a solução para manter e restaurar a ordem no Brasil. Sendo assim, os Estados Unidos deveriam apoiar o regime que substituísse Goulart para evitar seus avanços antidemocráticos.

Além disso, outros objetivos expostos neste documento envolviam fomentar os setores civis e militares brasileiros alinhados aos Estados Unidos, promover a imagem de empresas e do governo estadunidense no Brasil, impulsionar a ALPRO como um programa reformista e de longo prazo, nesse sentido os Estados Unidos culpavam o Brasil pelas falhas da ALPRO (Silva, 2008).

Loureiro (2020), com base em fontes confidenciais norte-americanas, incluindo um "catálogo ideológico" da Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro que classificava governadores estaduais que ordenava os candidatos a eleições no Brasil em categorias que iam da extrema esquerda até "reacionários e golpistas", com o intuito de estudar quem o governo norte-americano iria apoiar, realizou um levantamento sistemático dos empréstimos e doações da ALPRO. Ele buscou averiguar os determinantes dos padrões de alocação de recursos econômicos durante o governo de Goulart no Brasil, uma vez que o governo federal não recebeu nenhum empréstimo do BID nesse período. No entanto, a partir de 1964, com o golpe militar, 21 empréstimos do BID foram realizados ao governo federal.

Em uma primeira análise deste autor, nos empréstimos do BID, foi constatada a coerência com a proposta da ALPRO de fornecer um número maior de fundos à região Nordeste, por conta de sua escassez. Ao examinar os empréstimos concedidos pela USAID, segundo ele, era evidente o privilégio aos Estados do Sudeste e a discriminação contra o governo de Goulart. Ficava evidente que os recursos oferecidos pela ALPRO eram menores para os governos estaduais que apoiavam Goulart.

> Em termos gerais, portanto, pode-se observar que, além de determinados estados brasileiros terem sido privilegiados na alocação de recursos da USAID em dólares durante o governo Goulart, a forma pela qual esses recursos foram empregados também representou um importante meio, na visão de formuladores políticos norte-

[4] A Guanabara foi uma cidade-estado criada em 1960 por Juscelino Kubitschek como solução para o antigo Distrito Federal após a inauguração de Brasília. No entanto, em 1975, ocorreu a fusão do Estado da Guanabara ao Rio de Janeiro, durante o governo Geisel na ditadura militar (Westin, 2025).

> americanos, para criar condições estruturais de combate ao comunismo na região (Loureiro, 2020, p.107).

Os financiamentos, tanto do BID quanto da USAID, concentraram-se em projetos de infraestrutura, como saneamento, energia e habitação. Loureiro (2020) demonstra que essa abordagem buscava, entre outros aspectos, o "desenvolvimento econômico" pela valorização da iniciativa privada. Por meio do "catálogo ideológico", Loureiro (2020) conseguiu fazer uma comparação que comprovaria que governadores brasileiros inclinados à esquerda recebiam menos empréstimos do que os alinhados à direita. Por exemplo, o governador Lacerda foi privilegiado com grandes montantes de recursos.

Este mesmo autor também observou que Estados que necessitavam de mais recursos por razões técnicas ou sociais não os estavam recebendo, o que corroboraria a tese de que o fornecimento de recursos da ALPRO possuía viés político. Dessa maneira, esse auxílio financeiro concedido pelo BID e pela USAID funcionou como uma arma da Guerra Fria[5] no Brasil, com o objetivo de prejudicar o governo de Goulart e apoiar as candidaturas favoráveis a Washington.

Segundo este mesmo autor, em 1º de abril de 1964, foi instaurado o golpe de estado civil-militar no Brasil, que logo foi reconhecido, legitimado e apoiado pelos Estados Unidos. E, com isso, foram destinados mais de 250 milhões de dólares de verba para o regime e para o cumprimento dos objetivos da ALPRO. "E, após o golpe civil-militar no Brasil, o texto da Carta de Punta del Este, caracterizado por diversas referências positivas às instituições da democracia representativa, já não podia mais servir de referência às políticas implementadas no país" (Silva, 2008, p.220).

4. Algumas relações entre a Aliança para o Progresso e Furtado

Para entender como Celso Furtado se relacionou com a ALPRO, é necessário adentrar o período em que ele começou a sua colaboração com o governo JK, inicialmente enquanto diretor do BNDE e posteriormente à frente também da Sudene, acumulando cargos.

Em 1958, o cenário político brasileiro contava com JK na presidência. Em seu mandato, focou na construção de Brasília e no desenvolvimento industrial do Sudeste brasileiro, atraindo a indústria automotiva estrangeira principalmente para São Paulo. Porém, esses avanços do Sudeste e de Brasília não condiziam com o atraso do Nordeste brasileiro, onde em 1958 ocorria uma grave seca, e piorava o quadro de miséria da região.

[5] Deve-se ressaltar que a Guerra Fria durou longos anos. O declínio da URSS se deu por conta de uma série de fatores. No ano de 1985, Mikhail Gorbachev que foi designado Secretário Geral do Partido Comunista estabeleceu diversas mudanças na economia e na política que ficaram conhecidas respectivamente como perestroika e glasnost. Entretanto, enfrentou grande oposição da população por descontentamento com as reformas propostas. Isto, atrelado a crise econômica que a URSS enfrentava e os conflitos internos que enfrentavam resultaram no fim da URSS em 1991 (Aarão, 2007).

Nesse contexto, Furtado foi convocado por JK para discutir a "questão nordestina". O projeto que Furtado desenvolveu foi pensado com os objetivos principais de alteração da agricultura do semiárido, para que sobrevivesse aos períodos de seca, servisse de insumo à instalação de indústrias na região, com modificações na faixa úmida/litorânea da região, a fim de instalar indústrias de base (Jurgenfeld, 2021).

Para Furtado, a questão da seca impactava principalmente as classes mais baixas, que sofriam com a escassez de água e a baixa produção de alimentos, pois o abastecimento de água que por anos havia sido feito pelo Departamento Nacional de Obras de Combate à Seca (DNOCS) na região favoreceu os interesses dos latifundiários e não o da população em geral. Furtado fez um diagnóstico do Nordeste indicando que as duas regiões do Nordeste (o litoral e o semiárido) eram interdependentes, sendo assim, era necessário solucionar os impasses da região semiárida para melhorar a condição de vida da região da faixa úmida. Elaborava a tese de que a desigualdade do Nordeste precisava ser compreendida não só entre dois Nordestes, mas também em comparação com a disparidade em relação ao Centro-Sul do Brasil, uma vez que a política de industrialização do país até então favoreceu o Centro-Sul e subordinou o Nordeste à função de fornecedor de matérias-primas ao Centro-Sul, criando uma relação centro periferia internamente no país (Jurgenfeld, 2021).

A ideia é que, para o Brasil se desenvolver, não poderia haver uma área deixada para trás. Era do interesse de JK ter uma política para o Nordeste para diminuir as tensões políticas e sociais que o quadro estava causando. Para realizar uma política para o Nordeste, JK então criou, primeiramente, a Operação Nordeste (Openo) e o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), com a presença de todos os governadores da região, enquanto aguardava a tramitação da proposta de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no Congresso Nacional. A Sudene seria a síntese da proposta de Furtado para coordenar os trabalhos em busca do desenvolvimento econômico e social para a região.

Segundo Jurgenfeld (2021), as instituições brasileiras, como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE) e o Banco do Brasil, se colocavam dispostas para ajudar a região emprestando recursos. Furtado também solicitava a ajuda dos empresários para que investissem na região, de governadores e apoio do jornal Correio da manhã, que o auxiliava com matérias a favor das transformações nordestinas. Conforme alegava o jornal Correio da Manhã, o Nordeste se mostrava promissor em relação a industrialização, pois apresentava mão de obra barata e trabalhadores dispostos a se adaptar.

> A estratégia de Furtado para a industrialização do Nordeste, de fato, sustentava-se sob três pilares: 1) instalação de indústria de base, em especial a siderurgia; 2) aproveitamento industrial da matéria-prima local para vender produtos industrializados ao Centro-Sul e para exportação a outros países; e 3) reorganização das indústrias tradicionais, como a têxtil e algodoeira (Jurgenfeld, 2021, p.108).

Ele destacava a importância de estabelecer objetivos claros para evitar a variedade de políticas no Nordeste que não possuíam uma visão total do problema e, assim, não eram capazes de solucioná-los. Como definição do que deveria ser a Sudene, Furtado destacou que:

> A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – pretende ser um órgão de natureza renovadora com o duplo objetivo de dar ao Governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo, o habilite a modificar a estrutura administrativa em função dos novos objetivos (Furtado, 1959, p.18).

Por isso, "na visão de Furtado, a Sudene seria uma instituição bem diferente do que já havia existido, unificaria e reuniria os órgãos voltados ao desenvolvimento do Nordeste, dirigindo os trabalhos." (Jurgenfeld, 2021, p.120).

O plano de ação tinha quatro aspectos essenciais: a) Acentuação dos investimentos industriais; b) Alteração da economia agrícola da faixa úmida; c) Mudança na economia da região semiárida para maior resistência às secas; e d) Transferência da fronteira agrícola.

Este quarto aspecto era uma transferência de parte dos moradores das áreas secas do Nordeste à faixa úmida do Maranhão. Além de uma nova colonização, Furtado começou a mexer com interesses de latifundiários que durante anos antes da criação da Sudene haviam sido beneficiados com açudes em suas propriedades pelo DNOCS. Furtado notou a necessidade de uma lei que abrangesse a regulamentação do uso das águas e das terras nas bacias de irrigação, favorecidas pelo investimento público, visto que a irrigação estava colaborando com a estrutura latifundiária desigual no Nordeste. Essa lei do Furtado nunca foi aprovada no Congresso Nacional, porque os maiores latifundiários eram deputados e senadores. Em consequência, houve uma campanha para difamação e acusação de infiltrações comunistas dentro do Conselho, incluindo Furtado como comunista (Jurgenfeld, 2021).

Diante desse quadro político tenso com congressistas do Nordeste, em 15 de dezembro de 1959, foi aprovada a Sudene graças ao apoio principalmente dos deputados do eixo Centro-Sul, não havendo apoio dos nordestinos, e Furtado foi nomeado por JK seu superintendente. Em abril de 1960, o conselho diretor da Sudene, que correspondia ao antigo Codeno, enviou o Primeiro Plano Diretor para o Desenvolvimento do Nordeste, que incluía diversos setores básicos da economia e visava a um melhor aproveitamento dos recursos, a uma forma de educação mais ampla e a investimentos no setor industrial. O plano circulou no Congresso por um ano e sete meses enfrentando oposição considerável, contudo, isso não impossibilitou que parte das obras previstas no plano pudesse ser realizadas (Furtado, 2014).

No dia 26 de março de 1960, ocorreu o desastre da barragem de Orós no Ceará, por erros no planejamento da obra, a barragem cedeu e causou inundações catastróficas, e com isso coube à Sudene se encarregar de fazer uma avaliação da tragédia para conseguir realizar a indenização às

vítimas. Além disso, ainda o ano de 1960 foi marcado pela alteração da sede do governo federal para Brasília e por uma nova campanha presidencial (Furtado, 2014).

Furtado se reuniu com o então candidato Quadros para explicar a importância do Plano Diretor. Quadros, após eleito, decidiu manter Furtado como superintendente da Sudene e o convocou para as reuniões ministeriais, tornando-o membro de plenos direitos do governo. Uma das medidas tomadas por Quadros em seu governo foi a aprovação de uma reforma cambial, apoiada pelo FMI e por Eugênio Gudin, cuja intenção era acabar com o sistema de câmbios diferenciais.

Concomitantemente, o início do mandato de Kennedy nos Estados Unidos elevou os ânimos da América Latina. Assistentes do presidente vieram conhecer a Sudene e se inteirar sobre a situação do Nordeste. O governo norte-americano constatou que deveriam se atentar aos movimentos das Ligas Camponesas e que o Nordeste poderia ser um local ideal para colocar em prática a política externa da ALPRO (Furtado, 2014).

Em 1961, Furtado realizou uma visita ao Presidente Kennedy e enfatizou a grave situação do Nordeste brasileiro, despertando seu interesse. “Ouviu com atenção uma exposição sintética que fiz sobre a grave situação do Nordeste, a nova política já em execução do governo brasileiro, e a importância, para nós, da cooperação internacional.” (Furtado, 2014, p.354). A doutrina da CEPAL, segundo inicialmente pensava Furtado (2014), começava a influenciar a política do governo Kennedy nas áreas subdesenvolvidas do continente.

Com a renúncia de Quadros e com Goulart assumindo a presidência, o Primeiro Plano Diretor da Sudene ganhou aprovação. E, já no ano de 1962, Furtado contava com a expectativa de receber apoio financeiro dos norte-americanos para o Nordeste, após uma missão enviada por eles à região, conforme já destacado neste artigo, e porque inicialmente a ALPRO mostrava-se próxima aos princípios da Carta de Punta del Este, que se aproximava das ideias de desenvolvimento da CEPAL, das quais em parte o projeto de Furtado no Nordeste era signatário.

No entanto, o relatório final dessa missão não atendeu às expectativas de Furtado, uma vez que os projetos propostos pelos norte-americanos eram “programas de curto prazo” e não parte de uma ação ampla, como constava no Plano Diretor. Os programas eram todos atribuídos à ALPRO e, de acordo com Furtado, eram pequenas ações de fachada, com o objetivo também de desmobilizar as Ligas Camponesas por receio do surgimento de um líder semelhante a Fidel Castro no Brasil (Furtado, 2014).

Além disso, foi criada uma “missão de operações dos Estados Unidos no Brasil”, com ênfase no Nordeste, na qual uma das primeiras finalidades era a de “modernizar e equipar as polícias civis” do Estado de Pernambuco. Nesse período, John Dieffenderfer, responsável pela ALPRO no Nordeste, criticou abertamente a Sudene, acusando o órgão brasileiro de aderir sentimentos antiamericanistas (Furtado, 2014).

Em um detalhamento maior de como ruiu a relação de Furtado com a ALPRO, D'Aguiar (2019) destacou aspectos essenciais da mudança de direção dessa instituição em relação ao Nordeste brasileiro e como houve, com isso, um completo afastamento de Furtado da ALPRO:

> Em fevereiro [1962], chega ao Nordeste a missão chefiada pelo embaixador Merwin Bohan, com uma equipe de técnicos. Fazem um relatório e estipulam as bases da cooperação. Em abril é firmado o acordo entre Brasil e EUA. Prevê-se um programa de longo prazo — cinco anos — com o desembolso de 144 milhões de dólares. Nos dois primeiros anos, os EUA se comprometem a aplicar no Nordeste 131 milhões de dólares, sendo que os programas de curto prazo girarão em torno de 33 milhões de dólares. De Washington, Celso recebe boas notícias: funcionários do Departamento de Estado estão entusiasmados com a [Aliança para o Progresso]. Um deles, Bruno Luzzato, lhe escreve em 20 de outubro de 1962 que "o propósito é tornar a Aliança mais significativa per se e um instrumento melhor para o desenvolvimento econômico. Alguns de nós pensam no precedente europeu, o Plano Marshall [...], no presente florescente da Europa, e sonham com um sucesso semelhante na América Latina". Contudo, aos poucos as diretrizes iniciais da [Aliança para o Progresso] vão mudando de cariz. Em seu livro de memórias A fantasia desfeita (c f. Obra autobiográfica, Companhia das Letras, 2014), Celso se referiu à surpresa de ver que, depois de tantas negociações, idas e vindas, o interesse dos funcionários da [Aliança para o Progresso] no Brasil era, diríamos informalmente, "aparecer", com a instalação de chafarizes em praças públicas, bicas em favelas e mocambos, poços onde não houvesse água encanada, "casas do trabalhador" onde seriam exibidos "filmes educacionais". Todas essas iniciativas eram anunciadas com tabuletas "Aliança para o Progresso". Em tempos de Guerra Fria, agravada com a revolução cubana e o fantasma norte americano de que o Nordeste se tornasse "uma nova Cuba", a [Aliança para o Progresso] se lançava em manobras de autopromoção, e os projetos bilaterais se sobrepunham ao multilateralismo da Carta de Punta del Este assinada por 18 países (D'Aguiar, 2019, p. 225).

Portanto, de início, a ALPRO aparentava estabelecer relações baseadas em confiança entre o governo norte-americano e o governo brasileiro. Contudo, na prática, realizou uma interferência exacerbada dos norte-americanos sobre obras e sobre a política brasileira.

Furtado trabalhava no Segundo Plano Diretor para o Desenvolvimento do Nordeste, que trazia o diferencial da elaboração de um fundo de emergência "destinado à formação de estoques estratégicos" e com o intuito de promover desenvolvimento em muitas frentes. O Plano foi aprovado em junho de 1963 pelo Congresso Nacional (Furtado, 2014).

Do mesmo modo, Furtado preparou um manifesto com aprovação de Goulart, destinado às lideranças progressistas. Em seu manifesto, abordava um amplo espectro da situação política brasileira e a necessidade de um programa de reformas agrária, fiscal, administrativa, universitária, bancária e eleitoral.

Contrário às ideias da ALPRO, Furtado explicitava que o Brasil precisa avançar no processo de democratização, possibilitar a participação de todos os segmentos sociais na vida política. Sendo assim, o desenvolvimento seria uma aspiração coletiva e se fazia necessário conciliar a luta pelo desenvolvimento com a manutenção da liberdade.

5.Conclusão

Por meio da revisão bibliográfica, notou-se que o período do Pós-Segunda Guerra Mundial foi crucial para consolidar a hegemonia mundial dos EUA, com grande influência na Europa Ocidental, impulsionando a recuperação capitalista da região e afastando parte da Europa dos ideais da URSS. A criação da CEPAL, por sua vez, refletiu uma reação dos países latino-americanos ao novo arranjo econômico global do pós guerra, buscando uma alternativa para o desenvolvimento autônomo e para diminuir a vulnerabilidade de suas economias.

Prebisch, enquanto secretário da CEPAL, teve um papel essencial no programa da ALPRO através de suas teorias, que serviram de base para o início do programa e para a Carta de Punta del Este. Enquanto a CEPAL se caracterizava por uma abordagem estrutural e desenvolvimentista, no entanto, ao longo do tempo foi percebido que a ALPRO se afastava do que estava proposto na Carta de Punta del Este e passava a priorizar os interesses estratégicos dos EUA na América Latina. A ajuda financeira, que poderia ter sido uma ferramenta de cooperação ao desenvolvimento econômico e social, tornou-se um instrumento de pressão e controle, influenciando politicamente nações como o Brasil, principalmente, durante o governo de João Goulart, refletindo o uso do ALPRO para a luta política dos norte-americanos contra o avanço do comunismo.

Observa-se, ainda, que Celso Furtado, em um primeiro momento como encarregado da Sudene, apresentou entusiasmo em relação à cooperação da ALPRO, recebendo ajuda externa para o desenvolvimento do Nordeste. No entanto, quando percebeu que era um engodo e a iniciativa tinha uma ideologia liberal capitalista e visava a propagação de ideias anticomunistas, tentando ampliar o poder dos norte-americanos sobre os rumos da América Latina, isso afastou Furtado da ALPRO.

Referências Bibliográficas

AARÃO R, F, D. Uma Revolução Perdida: A história do socialismo soviético. [S. l.]: Fundação Perseu Abramo, 2007.

BANDEIRA, M. Presença dos Estados Unidos no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

BLOCK, F. L. El Plan Marshall y el rearme. In: BLOCK, Fred L. Los orígenes del desorden económico internacional: La política monetária internacional de los Estados Unidos, desde la segunda Guerra Mundial hasta nuestros días. [S. l.: s. n.], 1989. cap. 4, p. 111-167.

D'AGUIAR, R. F. Celso Furtado e a Aliança para o Progresso. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, p. 223-230, jul.-dez. 2019. Disponível em: http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs2.4.8/index.php/cdes/article/view/463 /pdf. Acesso em: 25 de out. 2024.

FURTADO, C. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

FURTADO, C. A Operação Nordeste. Rio de Janeiro: [s. n.], 1959.

FURTADO, C. Obra Autobiográfica. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 759 p.

FOBE, N, J. UMA PROPOSTA ESQUECIDA – O BANCOR. Revista Direito GV, São Paulo, p. 441-450, 2014. DOI HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/1808-2432201418. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdgv/a/ZhNJN8GD8PF7hHg8p6qXTHc/. Acesso em: 24 fev. 2025.

HALPERIN, T. A Cepal em seu contexto histórico. Revista CEPAL, [s. l.], 1 maio 2010. Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/11391-cepal-seu contexto-historico. Acesso em: 4 abr. 2025.
HOBSBAWM, E. Parte Dois: A Era de Ouro. In: HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: O breve século XX: 1941-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
JURGENFELD, V, F. A grande articulação política de Celso Furtado para a criação da Sudene retratada pelo Correio da Manhã. História Econômica & História de Empresas, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 98-130, 2021.
LOUREIRO, F. P. A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961 1964). São Paulo: Unesp, 2020.
OLIVEIRA, P. C. A Aliança para o Progresso e a Guerra Fria em Sergipe durante o governo Seixas Dória. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 16, ed. 30, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/17225. Acesso em: 8 out. 2024.
PASSOS, J. Operação Aliança: entre a Operação Pan-Americana e a Aliança para o Progresso. In: Anais do ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019 01/1548772190_9bb0b1f1839241177815496d25d76538.pdf. Acesso em: 8 out. 2024.
RIBEIRO, R. A. A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
SILVA, V. G. A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista à Instrumento de Intervenção Política (1961-1964). 2008. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2008.
WESTIN, Ricardo; SENADO (Brasil). Agência. Guanabara, o efêmero estado criado por JK e extinto pela ditadura militar. Senado Notícia, [*s. l.*], ed. 120, 2025. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/guanabara-o-efemero-estado-criado-por-jk-e-extinto-pela-ditadura-militar. Acesso em: 25 fev. 2026.